



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa
e Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 04/2018

Período: 24/02/2018 – 02/03/2018

GEDES – UNESP

- 1- Intervenção militar no estado do Rio de Janeiro I: conjuntura
- 2- Intervenção militar no estado do Rio de Janeiro II: debates
- 3- Força Aérea Brasileira atuou em operação de Garantia da Lei e da ordem no estado do Rio de Janeiro
- 4- Intervenção militar no estado do Rio de Janeiro III: Observatório Legislativo da Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro foi criado pela Câmara dos Deputados
- 5- Intervenção militar no estado do Rio de Janeiro IV: militares apresentaram apreensão em relação à atuação em comunidades da cidade do Rio de Janeiro
- 6- Intervenção militar no estado do Rio de Janeiro V: periódicos apresentaram os perfis do interventor federal e do novo secretário de Segurança Pública do Rio
- 7- Periódico recordou mortes não investigadas em ações militares
- 8- Flexibilização do Estatuto de Armamento deve voltar a ser discutida
- 9- Militar foi nomeado ministro da Defesa
- 10- Intervenção militar no estado do Rio de Janeiro VI: regras de engajamento dos militares na intervenção federal foram discutidas
- 11- Quadro de generais do Exército foi reordenado
- 12- General Mourão foi para reserva das Forças Armadas

1- Intervenção militar no estado do Rio de Janeiro I: conjuntura

O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou uma retrospectiva do processo de decisão do presidente da República, Michel Temer, que decretou a intervenção federal na segurança pública do estado do Rio de Janeiro. De acordo com o periódico, em reunião no dia 14/02/18 no Palácio do Planalto, que contou com a presença do ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, o ministro da Justiça, Torquato Jardim, o ministro-chefe da Secretaria-Geral do Governo, Moreira Franco e o chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Sérgio Etchegoyen, o governo federal concluiu que eram necessárias medidas mais incisivas do que o envio de tropas das Forças Armadas ou da Força Nacional de Segurança Pública para o estado do Rio de Janeiro. Segundo *O Estado* a medida encontrou resistência do presidente da Câmara dos Deputados Federais, Rodrigo Maia, e do presidente do Senado Federal, Eunício Oliveira. A *Folha de S. Paulo* afirmou que, o Exército pretende, além de reduzir a violência, recuperar a polícia do Rio de Janeiro e reequipar a corporação com armamentos e veículos. Conforme a *Folha*, no dia 18/02/18, presos da Penitenciária Milton

Dias Moreira, no município de Japeri na Baixada Fluminense, fizeram um motim. De acordo com o jornal, as Forças Armadas realizaram a primeira operação em presídios do Rio de Janeiro para conter o motim na penitenciária. De acordo com a *Folha*, foram empregados equipamentos, detectores de metais e cães farejadores. Segundo o jornal, essa “estratégia deve se tornar rotina nos próximos meses.” Em entrevista à *Folha*, moradores das comunidades Vila Kennedy e do Complexo de Favelas do Chapadão, na cidade do Rio de Janeiro, no primeiro final de semana após a intervenção militar afirmaram que criminosos deixaram as favelas, de forma discreta e “como se fossem moradores comuns, sem ostentar armas” nos dias 17 e 18/02/18. O Comando Militar do Leste afirmou que o Exército está monitorando as comunidades, mas não comentou as fugas. No dia 23/02/18, os militares realizaram um “fichamento” dos moradores das favelas, enviando seus documentos e fotos para a Inteligência, a fim de levantar registros criminais. A ação foi criticada pela Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro (OAB-RJ) e pela Defensoria Pública do estado. De acordo com ambas, a ação violou os Direitos Humanos e as garantias fundamentais previstas na Constituição Federal. Segundo a Defensoria Pública do Rio de Janeiro, a atuação dos militares pode ser equiparada à prática do regime militar (1964-1985). Segundo a *Folha*, o Exército monitorou os Complexos de Favelas do Alemão e da Penha com o objetivo de mapear os acessos e rotas de fuga dos traficantes para futuras ações da Força. Em coluna opinativa para o *Correio Braziliense*, o jornalista Leonardo Cavalcanti afirmou que os generais que participam da intervenção desejam criar “uma salvaguarda contra eventuais processos” durante a ocupação no Rio de Janeiro. Cavalcanti afirmou: “que os militares querem é zerar as acusações, como se os atos contrários à legislação pudessem ser apagados, sem chances de acusações ou processos, algo, diga-se, que já ocorre em missões de tropas brasileiras em solos estrangeiros, como foi no caso do Haiti”. De acordo com o *Correio*, uma “tropa de elite do Exército” foi enviada ao estado para atuar na linha de frente da intervenção. Segundo o periódico, o grupo, denominado de “fantasmas”, tem aproximadamente 2 mil militares que devem atuar em operações sigilosas. Como reportado pelo *Correio*, o general Walter Souza Braga Netto, em sua primeira declaração oficial sobre a operação no Rio de Janeiro, expôs que suas primeiras ações serão a instalação de gabinetes e três núcleos de operações, um no Comando Militar do Leste, um na Secretaria de Segurança Pública e outro no Centro Integrado de Comando e Controle. Segundo o *Correio* e *O Estado*, Braga Netto não divulgou informações sobre recursos, e limitou-se a afirmar que seu objetivo com o trabalho é fornecer apoio operacional às Polícias Militar e Civil do estado do Rio de Janeiro através da gestão das operações, recomposição do efetivo e do combate à corrupção dentro das corporações policiais. De acordo com o colunista da *Folha*, Marco Aurélio Canônico, não deve haver ocupações em comunidades, diante de seu elevado custo e reduzida efetividade. Segundo o *Correio*, a ausência de detalhes sobre operações, orçamento e estratégias causou apreensão em parte da população fluminense. De acordo com a *Folha*, ao ser questionado sobre possíveis intervenções na segurança de outros estados, Temer respondeu que essa decisão é “de responsabilidade da nova pasta da Segurança Pública, assumida por Raul Jungmann”, tendo que ser estudadas “caso a caso”. Conforme *O Estado*, o general de divisão Sinott Lopes assumiu o Gabinete de Intervenção Federal do Centro Integrado de Comando (CICC) na Cidade Nova,

na cidade do Rio de Janeiro. O gabinete foi instalado pelo general Braga Netto. Conforme o periódico, Lopes será subordinado diretamente ao interventor federal. (Correio Braziliense – Política – 25/02/18; Correio Braziliense – Política – 26/02/18; Correio Braziliense – Política – 27/02/18; Correio Braziliense – Política – 28/02/18; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 25/02/18; Folha de S. Paulo – Opinião – 26/02/18; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 26/02/18; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 27/02/18; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 28/02/18; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 02/03/18; O Estado de S. Paulo – MetrÓpole – 25/02/18; O Estado de S. Paulo – MetrÓpole – 24/02/18; O Estado de S. Paulo – Notas e Informações – 25/02/18; O Estado de S. Paulo – Política – 25/02/18; O Estado de S. Paulo – MetrÓpole – 26/02/18; O Estado de S. Paulo – MetrÓpole – 28/02/18)

2- Intervenção militar no estado do Rio de Janeiro II: debates

Em especial para a *Folha de S. Paulo*, especialistas na área de Segurança Pública enumeraram propostas para a intervenção federal. De acordo com Ignácio Cano, membro do Laboratório de Análises da Violência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), o Exército rejeitou a possibilidade de criação de mecanismos externos de controle das ações. Ilona Szabo, diretora-executiva do Instituto Igarapé, e Alberto Kopittke, diretor do Instituto Cidade Segura, destacaram a necessidade de promover divulgação transparente dos dados da segurança pública no estado. O coordenador do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Michel Misse, enfatizou a necessidade de realizar um controle mais intenso da circulação nacional de armas. De acordo com Misse, "as rotas são conhecidas e há muitos policiais envolvidos no tráfico de armas". Em entrevista à *Folha*, os especialistas afirmaram ser necessário promover modernização nas forças policiais e no sistema penitenciário, assim como evitar a corrupção em ambos os setores. Em coluna opinativa para o periódico, Szabo firmou que o foco principal da intervenção federal "precisa ser a reestruturação das instituições de segurança pública do Rio e o enfrentamento da corrupção policial em parceria com o Ministério Público, o Judiciário e a Polícia Federal". Em coluna opinativa para a *Folha*, Marcos Lisboa, presidente do Insper, e Leandro Piquet Carneiro, professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP), afirmaram que existem riscos que ameaçam a capacidade da medida federal em controlar o problema de segurança pública no estado do Rio de Janeiro. Segundo Lisboa e Carneiro, é preciso realizar policiamento "agressivo", combinado com policiamento "de proximidade", para solucionar os problemas decorrentes da presença do crime organizado e de milícias em áreas populosas da cidade do Rio de Janeiro. Em coluna opinativa para a *Folha*, o jornalista Vinícius Mota afirmou que a intervenção tem amplo apoio popular e que os brasileiros confiam nas Forças Armadas. Conforme Mota, os militares têm experiência na área de segurança pública, já que 10% do contingente esteve no Haiti. Renato Sérgio de Lima, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em artigo para *O Estado*, comentou que a União deveria focar em ações nas fronteiras, na fiscalização de armas, em coordenar processos, integrar esforços e padronizar informações e estatística. Para Lima, as agendas federais estão abertas e o Ministério da Justiça está ausente no debate de segurança. Em editorial, *O Estado* afirmou

que “não é razoável esperar que a criminalidade seja domada sem plano consistente que restabeleça a cidadania de moradores de comunidades desamparadas”. Segundo o periódico, a recorrência de operações militares em comunidades do estado do Rio de Janeiro indicou que a medida é “inócua”. De acordo com periódico, é necessário um plano consistente que restabeleça a cidadania de moradores da região. O editorial afirmou que “nenhuma ação contra a criminalidade no Rio de Janeiro ou em qualquer outra grande cidade será bem-sucedida se vier desacompanhada de medidas que visem a eliminar algumas conhecidas raízes do problema”. Segundo o periódico *Correio Braziliense*, o ex-secretário de segurança do estado do Rio de Janeiro, Hélio Luz, avalia a intervenção federal como uma ação positiva na região, porém ressaltou que somente a realização de operações das Forças nas favelas não é suficiente, uma vez que a violência se relaciona com a desigualdade social. Em entrevista à *Folha*, a cientista social e coordenadora do Centro de Estudos de Cidadania na Universidade Cândido Mendes, Julita Lemgruber, afirmou que as abordagens de militares das Forças Armadas a moradores de comunidades da cidade do Rio de Janeiro violam o direito de liberdade e intimidade e “criminaliza[m] a pobreza”. De acordo com o presidente da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ) a intervenção federal no estado do Rio de Janeiro é um ato político. Diniz ressaltou que “os problemas são a corrupção policial e a falta de investimento em educação e cultura”. Conforme o chefe da comunicação social do Comando Militar do Leste (CML), coronel Carlos Frederico Cinelli, a ação dos militares está amparada pelo decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Segundo o presidente da República, Michel Temer, a ação não tem por fundamento colidir com os Direitos Humanos. Temer afirmou que a Secretaria Especial de Direitos Humanos acompanha a atuação dos militares no estado do Rio de Janeiro. Segundo Luiz Alexandre Souza da Costa, especialista em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Cândido Mendes, as autorizações de busca coletiva teriam diversas cláusulas restritivas e protetivas, tornando as ações dos agentes mais cuidadosas. Costa afirmou que, sem o uso desses mandados a fuga de suspeitos seria facilitada. Segundo o *Correio*, o pronunciamento do general Walter Souza Braga Netto, realizado no dia 24/02/18, sobre a atuação militar na segurança do Rio de Janeiro realçou as divergências de opinião sobre a eficácia da medida. Em entrevista ao periódico, Íbis Pereira, ex-comandante da Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro e pesquisador do Núcleo de Identidade Brasileira da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), afirmou que o problema no estado decorre da falta de estruturas previstas na Constituição, de ações militares sem planejamento e “graves problemas na área social”. Segundo Pereira, o plano de Braga Netto para a recuperação das forças policiais é a maneira mais eficiente de lidar com a situação. Em editorial, o *Correio* ressaltou o papel do Ministério de Segurança Pública nesse cenário e demonstrou como o órgão deve ter o objetivo de não somente acabar com a alta na violência apresentada temporariamente por meio da participação das Forças, mas promover a modernização das polícias Civil e Militar em conjunto com o fortalecimento das corregedorias para conter a corrupção dos policiais ao crime organizado. Em contrapartida, Ignacio Cano, considerou que a criação do ministério demonstrou a falta de planejamento e o caráter de improvisação do decreto presidencial. (*Correio Braziliense – Política – 24/02/18*; *Correio Braziliense – Política – 25/02/18*; *Correio Braziliense – Política – 28/02/18*;

Correio Braziliense – Cidades – 02/03/18; Correio Braziliense – Opinião – 02/03/18; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 24/02/18; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 25/02/18; Folha de S. Paulo – Opinião – 26/02/18; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 27/02/18; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 28/02/18; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 24/02/18; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 25/02/18; O Estado de S. Paulo – Notas e Informações – 25/02/18; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 26/02/18; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 28/02/18)

3- Força Aérea Brasileira atuou em operação de Garantia da Lei e da Ordem no estado do Rio de Janeiro

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, a Força Aérea Brasileira (FAB) atuou em operação sob o decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no estado do Rio de Janeiro. Conforme *O Estado*, a FAB realizou levantamentos eletrônicos de áreas estratégicas do estado utilizando Veículos Aéreos não-Tripulados (Vants) do esquadrão Hórus. Segundo um oficial da Aeronáutica, as aeronaves monitoraram os principais eixos rodoviários, identificaram situações de anormalidade e observaram grandes porções do terreno. As operações, segundo *O Estado*, devem ser expandidas e envolver vigilância de fronteira de estados vizinhos. Conforme o periódico, dois helicópteros H36 Caracal estão à disposição das operações de GLO. Segundo o comandante da Aeronáutica, brigadeiro Nivaldo Rossato, “a FAB está pronta para participar das ações de intervenção”. (*O Estado de S. Paulo – Metrópole – 24/02/18*)

4- Intervenção militar no estado do Rio de Janeiro III: Observatório Legislativo da Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro foi criado pela Câmara dos Deputados

De acordo com o *Correio Braziliense*, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, anunciou a criação do Observatório Legislativo da Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (OLERJ) no dia 24/02/18. O Observatório deve fiscalizar e acompanhar a intervenção federal na região e atender a demandas da sociedade civil. De acordo com o *Correio*, o OLERJ foi criado após críticas à atuação das Forças Armadas no estado. De acordo com Maia, “não basta tratar do problema da segurança pública a curto prazo”. (*Correio Braziliense – Política – 25/02/18*)

5- Intervenção militar no estado do Rio de Janeiro IV: militares apresentaram apreensão em relação à atuação em comunidades da cidade do Rio de Janeiro

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, militares jovens apresentaram apreensão quanto à possibilidade de serem identificados ao atuarem nas comunidades onde moram na cidade do Rio de Janeiro. Um militar não identificado pelo periódico afirmou que a atuação na comunidade onde mora “seria muito desconfortável”. Uma representante da comunidade Cidade de Deus confirmou a apreensão de militares e jovens alistados no serviço militar obrigatório em relação à intervenção federal no estado. O fundador da organização não-governamental Rio de Paz, Antonio Carlos Costa, atentou para os problemas que podem emergir da questão. “Os soldados são moradores das comunidades, e isso causa dois problemas: a possibilidade de informações

sobre as operações vazarem e os jovens sofrerem retaliações, virar alvo, especialmente se houver muitas baixas”, afirmou Costa. Em entrevista ao *Correio Braziliense*, o presidente da Federação das Associações de Favelas do Rio de Janeiro (FAFERJ), Rossino Diniz, corroborou a apreensão quanto aos militares que moram nas comunidades. O Comando Militar do Leste informou que tomou precauções para garantir a segurança de militares que moram em comunidades periféricas da cidade do Rio de Janeiro. (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 25/02/18)

6- Intervenção militar no estado do Rio de Janeiro V: Periódicos apresentaram os perfis do interventor federal e do novo secretário de Segurança Pública do Rio

O periódico *O Estado de S. Paulo* apresentou o perfil profissional do interventor federal para o estado do Rio de Janeiro, general Walter Souza Braga Netto. O jornal considerou que o general “não gosta de holofotes e tem dificuldade em lidar com a imprensa”. Segundo *O Estado*, Braga Netto corroborou a preocupação da cúpula das Forças Armadas em relação ao emprego de militares em ações de segurança pública. O interventor federal classificou a conjuntura no estado como “grave”, no entanto, afirmou haver “muita mídia” em relação à situação da segurança pública fluminense. De acordo com *O Estado*, Braga Netto foi incorporado ao Exército no ano de 1974 e, ao longo da carreira adquiriu experiência internacional como observador militar da Organização das Nações Unidas no Timor Leste e como adido militar na Polônia e nos Estados Unidos. O periódico *Folha de S. Paulo* produziu um perfil sobre o general Richard Fernandez Nunes, designado no dia 26/02/18 como chefe da Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro durante a intervenção no estado. O general Nunes esteve presente em 2013, durante a Copa das Confederações, no centro de prevenção e combate ao terrorismo, comandou a ocupação militar no norte do Complexo de Favelas da Maré, entre os anos de 2015 e 2016. Segundo a *Folha*, Nunes afirmou que o combate ao narcotráfico não é função das Forças Armadas. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 28/02/18; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 25/02/18)

7- Periódico recordou mortes não investigadas em ações militares

O periódico *Folha de S. Paulo* recordou a falta de investigação em mortes ocorridas durante a ação de militares no mês de novembro de 2017 no Complexo de Favelas do Salgueiro, no município de São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro. Segundo o jornal, há versões contraditórias sobre o caso, mas os 17 soldados envolvidos na operação não foram interrogados. A *Folha* recordou a recorrência de casos similares durante o regime militar (1964-1985), como as acusações contra militares do 1º Batalhão de Infantaria Blindada no ano de 1971 e contra o tenente-coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-comandante do Departamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). O periódico atribuiu a ausência de investigações a coronéis e generais, “sem os quais é impossível estimular silêncios”. (Folha de S. Paulo – Poder – 25/02/18)

8- Flexibilização do Estatuto de Armamento voltou a ser discutida

Em coluna opinativa para o periódico *Correio Braziliense*, o jornalista Leonardo Cavalcanti afirmou que a pauta da flexibilização do Estatuto de Armamento voltou a ser discutida na semana do dia 26/02/18 na Câmara dos Deputados Federais. Segundo o jornalista, os parlamentares não analisaram estudos sobre o aumento de uso de armas, como o realizado por Daniel Cerqueira, do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea). Cerqueira apontou que "a multiplicação de armamentos não apresenta qualquer efeito sobre a redução de crimes contra a propriedade, esfacelando o mito de que é possível defender uma propriedade quando o dono está armado". O pesquisador afirmou ainda que, o Estatuto do Desarmamento ajudou a estabilizar o número de homicídios e "revela também o aumento em 44% dos crimes caseiros, cometidos por pessoas íntimas da vítima - o que parece uma contradição apenas reforça a inutilidade do porte e posse de armas para proteger o 'cidadão de bem' do bandido". (*Correio Braziliense – Política – 26/02/18*)

9- Militar foi nomeado ministro da Defesa

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o governo brasileiro anunciou no dia 26/02/18, o general do Exército Joaquim Silva e Luna para a chefia do Ministério da Defesa. Desde a criação do Ministério, em 1999, foi a primeira vez que um militar assumiu a pasta. Segundo o jornal, o porta-voz do Palácio do Planalto, Alexandre Parola, anunciou que o general Silva e Luna assumiria o cargo interinamente, porém *O Estado* afirmou que a intenção do presidente da República, Michel Temer, é manter o general no posto até o fim de seu mandato. *O Estado* afirmou que Silva e Luna era considerado um "braço direito" de Raul Jungmann, ex-ministro da Defesa e atual ministro da Segurança Pública, quando atuou como secretário-geral do Ministério da Defesa. O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Sérgio Etchegoyen, afirmou que houve um "consenso" das demais Forças em relação à escolha de Silva e Luna, porém admitiu que tal escolha poderia ser alvo de críticas, e completou, em entrevista para o periódico: "decidiu-se pela continuidade e por quem tem proximidade com o ministro da Segurança Pública para alinhar os esforços, facilitando todas as ligações e contatos para as ações de segurança que vão continuar acontecendo daqui para a frente". Segundo o periódico, o general Silva e Luna, ao assumir as funções no ministério, ressaltou a necessidade da intervenção para a segurança e afirmou ao jornal que "os militares não buscam protagonismo", negando o possível uso eleitoral da intervenção e demonstrando preocupação acerca da possibilidade de uma "contaminação" entre a tropa e o crime organizado. Em editorial, o jornal *O Estado* criticou a decisão do presidente da República. De acordo com o periódico, esta decisão foi um retrocesso institucional, visto que "contraria a própria história da pasta, cuja origem remonta ao esforço de subordinar, jurídica e simbolicamente, o estamento militar ao poder civil". Segundo *O Estado*, essa decisão desfaz anos de progresso, e impede a definição das tarefas atribuídas aos militares, descaracterizando suas responsabilidades institucionais. O editorial recordou que a criação do ministério em 1999 representou "significativo atraso" em relação a outros países. O periódico ainda afirmou que em um "Estado Democrático de Direito, os militares não detêm – não devem deter – o poder político". Assim, "é um equívoco nomear um militar para a chefia do

Ministério da Defesa”. Em entrevista para *O Estado*, o ex-presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, afirmou que “governos, sobretudo quando não são fortes, apelam para os militares, que têm estrutura com hierarquia”. (*O Estado de S. Paulo – Política – 27/02/18; O Estado de S. Paulo – Notas e Informações – 28/02/18; O Estado de S. Paulo – Política – 28/02/18; O Estado de S. Paulo – Política – 02/03/18*)

10- Intervenção militar no estado do Rio de Janeiro VI: regras de engajamento dos militares na intervenção federal devem ser discutidas

Em coluna opinativa para o *Correio Braziliense*, o jornalista Leonardo Cavalcanti afirmou que o governo federal discutirá as regras de engajamento, ou seja, os limites da atuação dos militares na intervenção federal no estado do Rio de Janeiro. Segundo o Cavalcanti, uma lei sobre a matéria da atuação militar já existe, todavia, auxiliares do presidente da República, Michel Temer, recomendam que haja um novo aparato jurídico para a questão. De acordo com os periódicos *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, o comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, defendeu regras claras quanto ao campo de atuação do Exército. O general afirmou que cabe aos órgãos da Justiça e do Ministério Público decidirem os espaços legítimos da atuação. Bôas afirmou que “essa questão está sendo discutida porque ela é fundamental para que tenhamos eficiência e obtenhamos alguma superioridade nos enfrentamentos sobre o pessoal do crime organizado”. A socióloga Julita Lemgruber, coordenadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec), comentou as possibilidades da mudança de regras de engajamento e afirmou que “não se pode tolerar a ampliação de poderes às Forças Armadas quando se tem uma intervenção em curso. Já se falou em mandados coletivos. É preciso estabelecer até onde vai o poder do interventor”. (*Correio Braziliense – Política – 26/02/18; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 01/03/18; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 01/03/18*)

11- Quadro de generais do Exército foi reordenado

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, o comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, anunciou a reordenação do quadro de generais do Exército em reunião do Alto comando. “Foram indicados a general de Exército: Marco Antônio Amaro dos Santos, que assumirá a secretaria de Economia e Finanças; Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, novo comandante militar do Norte; e Laerte de Sousa Santos, designado para chefiar a Logística e Mobilização do Ministério da Defesa”, afirmou o periódico. (*Correio Braziliense – Política – 01/03/18*)

12- General Mourão foi para reserva das Forças Armadas

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, o general do Exército, Antônio Hamilton Martins Mourão, em cerimônia no 8º Grupo de Artilharia de Campanha Paraquedista, no Rio de Janeiro, foi deslocado para a reserva das Forças Armadas. O general emocionou-se na cerimônia e chamou de “herói” o coronel Carlos Brilhante Ustra, ex-chefe do Departamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) do II Exército, um dos principais órgãos da repressão durante

o regime militar (1964-1985). Mourão afirmou que Ustra “combateu o terrorismo e a guerrilha, por isso ele é um herói”. Em uma de suas falas, o general da reserva, criticou a intervenção federal no estado do Rio de Janeiro. Mourão afirmou que o interventor federal, general Braga Netto, “não tem poder político, é um cachorro acuado e não vai conseguir resolver dessa forma” o problema da segurança pública no estado do Rio de Janeiro. O general da reserva considerou que a intervenção federal é insuficiente para a crise no estado e afirmou que a iniciativa “é meia-sola”. (Correio Braziliense – Política – 01/03/18; O Estado de S. Paulo – Política – 01/03/18)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense –www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo –www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo –www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); David Succi Júnior (Supervisor, doutorando em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Gabriela Fideles Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Gustavo Henrique Gonçalves Ferreira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Leonardo Dias de Paula (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Molina Ferreto (Redator, graduando em Relações Internacionais); Matheus Bittencourt de Amorim (Redator, graduando em Relações Internacionais); Natália Rodrigues Germano (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Solano Pereira d'Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais).